

## *O Processo de socialização de uma criança com síndrome de Down no sistema regular de ensino*

Thais Silva Beltrame, Vanessa Herber & Joyce Ribeiro\*

*Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
Centro de Educação Física Fisioterapia e Desporto – CEFID  
Laboratório de Desenvolvimento e Aprendizagem Motora – LADAP  
\* joycefisio@gmail.com*

---

A escola influencia o desenvolvimento social e da personalidade pelo fato de ser um ambiente em que ocorrem significativas experiências cognitivas e sociais. O objetivo deste estudo foi analisar a socialização de uma criança com Síndrome de Down (SD) matriculada em escola regular de São José – SC. Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa do tipo estudo de caso. Foram participantes desta pesquisa, a professora e 20 alunos do 3º. Período, sendo um destes com de SD. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizadas uma entrevista semi-estruturada e teste sociométrico. A partir da avaliação do teste sociométrico pode-se constatar que o sujeito com SD foi escolhido como primeira escolha lúdica apenas por um colega, com o qual, segundo relato da professora o sujeito mantém uma relação próxima durante o período que passa na escola, portanto, na primeira escolha lúdica o sujeito encontrava-se na linha média da sociometria enquanto na segunda escolha lúdica e escolhas afetivas o sujeito encontrava-se no limite inferior. Não se observou, portanto, a formação de uma díade primária, no entanto, segundo relato da professora o aluno em questão estabelece díades de observação e de atividade conjunta tanto com a professora quanto com os colegas. Conclui-se que o sujeito em estudo encontra-se em processo de socialização, pois, apesar de apresentar-se em limites inferiores na sociometria encontra-se envolvido em díades o que nos faz inferir o fato do processo inclusivo ser favorecer a convivência em comunidade e para a inserção social de pessoas com necessidades educacionais especiais.

**Palavras-Chave:** socialização, inclusão, síndrome de Down.

---

### **1. Introdução**

O processo de exclusão social de pessoas com necessidades especiais (PNE) é tão antigo quanto à socialização do homem. Desde seus primórdios a sociedade criou problemas para as pessoas com algum tipo de deficiência, colocando-as, através do preconceito, de ambientes restritos e políticas discriminatórias em desvantagens para desempenhar suas funções sociais. Na idade antiga acreditava-se que o comportamento das PNE era consequência de forças sobrenaturais e foi apenas em meados século XVII que o desenvolvimento da ciência permitiu questionamentos e começaram a aparecer estudos visando explicar o comportamento destas pessoas<sup>[1,2]</sup>.

Mais tarde, com a Revolução Industrial, o panorama da concepção de deficiência muda novamente seu foco. Considerando que este período retrata um processo de transformações

econômicas e sociais que exigia a escolarização em massa, caracterizada pela aceleração do processo produtivo, surge então, uma parcela da população que passou a ser considerada como menos eficiente, pois, não conseguia aprender conforma as normas escolares instituídas. Somente no final do século XIX e no início do século XX é que se criaram instituições para os deficientes mentais moderados e profundos<sup>[1,3]</sup>.

Uma das importantes mudanças ocorridas nas instituições sócio educativas foi provocada pela lei nº. 9.393.96 que estabelece a importância do atendimento educacional a PNE, ministrados preferencialmente na rede regular de ensino em todas as etapas e modalidades<sup>[2,4]</sup>. É fundamental proporcionar oportunidades e experiências para as PNE, a fim de que elas desenvolvam suas próprias habilidades motoras, afetivas e sociais em situações reais de aprendizagem<sup>[5]</sup>. A educação da pessoa com deficiência deve ser compreendida em uma dimensão ampla, ou seja,

não só educativa, mas também sócio-cultural, com o objetivo de desenvolver suas potencialidades, sem destacar suas dificuldades mas respeitando-as e aprimorando sua participação na sociedade<sup>Erro! Fonte de referência não encontrada.</sup>.

A escola é o mais importante contexto de socialização. Nas sociedades industriais desenvolvidas a escola é, por excelência, a instituição encarregada da transmissão dos conhecimentos e valores da cultura e, portanto, ela é responsável em preparar as crianças para o desempenho adequado do papel do adulto ativo nas estruturas sociais estabelecidas<sup>[7]</sup>.

A escola influencia o desenvolvimento social e da personalidade pelo fato de ser o ambiente em que ocorrem significativas experiências cognitivas e sociais. É na escola que as crianças desenvolvem as habilidades de conhecimentos, interesses e atitudes que as caracterizam como indivíduos e que moldam sua capacidade de desempenhar papéis de adultos. Considerando ainda o tempo que a criança passa na escola não é surpresa que esta seja um agente de socialização tão importante<sup>[8]</sup>.

Com base no citado anteriormente, este estudo teve como objetivo analisar a socialização de uma criança com Síndrome de Down incluída em escola regular de São José- SC.

## 2. Material e Métodos

Este é um relato descritivo do tipo estudo de caso. Estudos de caso são úteis para informar-nos sobre condições raras, que não podem ser facilmente estudadas de outras maneiras<sup>[9]</sup>. O universo desta pesquisa foi uma escola regular de São José - SC, que foi escolhida por aprofundar sua crença na educação inclusiva. Os sujeitos desta pesquisa foram a professora e os alunos do terceiro período, sendo um destes, uma criança com Síndrome de Down com oito anos de idade.

Os procedimentos para realização desta pesquisa foram, primeiramente, entrar em contato com a escola e com a mãe da criança escolhida aleatoriamente, apresentando os objetivos desta pesquisa e buscando a permissão para dar continuidade à mesma. Este trabalho foi também submetido ao comitê de ética em pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), o qual foi aprovado.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foi uma entrevista semi-estruturada realizada com a professora e o teste sociométrico que procurou analisar a estrutura das relações interpessoais através do mapeamento da dinâmica destas relações e das escolhas para realizar atividades

entre os pares dentro da sala de aula, permitindo assim, captar quantitativamente, a interação humana, seus aspectos e características bem como o grau de escolha e aceitação do sujeito com Síndrome de Down dentro do grupo estudado<sup>[7,10]</sup>.

O teste sociométrico consiste em pedir a cada criança do grupo para que identifique uma primeira e segunda escolha para os critérios lúdico e afetivo. Para obter tais informações o pesquisador perguntou a criança qual era o colega que ele mais gostava de brincar e qual colega era mais seu amigo. Os resultados tanto da primeira e segunda escolhas foram analisados através de uma sociomatriz aonde no limite inferior encontravam-se os sujeitos não indicados no grupo, no limite médio encontravam-se os sujeitos situados na média das escolhas, ou seja, os que obtiveram de uma a três escolhas e no limite superior encontravam-se os que poderiam ser considerados líderes ou populares devido a quantidade de escolhas recebidas<sup>[7]</sup>.

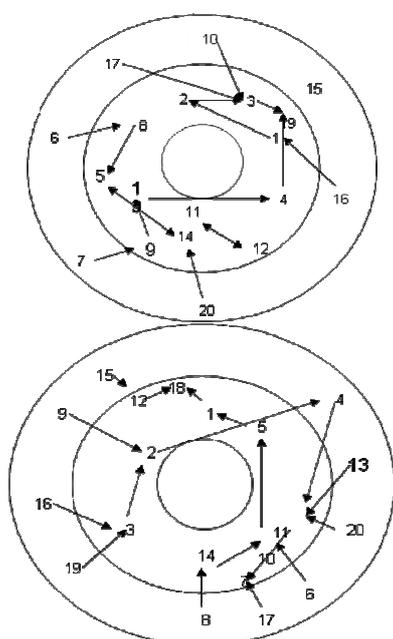
## 3. Resultados e Discussão

A medida que a pessoa se desenvolve, ela experimenta muitos contextos que influenciam seu desenvolvimento social e da personalidade, como a família, a escola, os colegas, a comunidade e os meios de comunicação. Nesses contextos ocorrem interações com outras pessoas significativas, como pais ou amigos, que influenciam o comportamento, os padrões morais e a auto-estima da pessoa. Estes membros influenciam o desenvolvimento social e da personalidade por meio de um processo chamado socialização, pelo qual os indivíduos adquirem o conhecimento das habilidades e traços de caráter que lhes possibilitam participar como membros efetivos de grupos e da sociedade<sup>[8]</sup>.

A entrada da criança na escola, aumenta consideravelmente as oportunidades que as crianças têm de interagir com outras da mesma idade e tornam-se muito mais acentuadas as tendências desenvolvimentais na natureza dos relacionamentos com os companheiros<sup>[11]</sup>. O desenvolvimento da criança pode ser facilitado pela sua interação com outras pessoas que ocupam uma variedade de papéis, a diversidade de novos papéis que se ampliam constantemente parece ser um fator que facilita as relações interpessoais<sup>[12]</sup>. Portanto, a inclusão da criança com síndrome de Down em outros contextos pode ser percebida como uma possibilidade de sair de seu papel de deficiente para exercer outros papéis, como o de colega, amigo, etc. Esta criança precisa

de amor e aceitação, necessitando de um ambiente no qual possa crescer com mais segurança e assim desenvolver a comunicação, autoconfiança, autoestima e autonomia<sup>[13-15]</sup>.

A inclusão de alunos com necessidades especiais é vantajosa, pois, quando existe interação social no meio ao qual esta pessoa está inserida, isso aumenta a chance de desenvolvimento de suas habilidades sociais. A interação da criança com necessidades educacionais especiais com outras crianças parece fornecer uma demanda elevada que propicia o desenvolvimento de comportamento mais complexo devido ao fato da criança desfrutar de um convívio social mais rico e abrangente<sup>[2,16]</sup>.



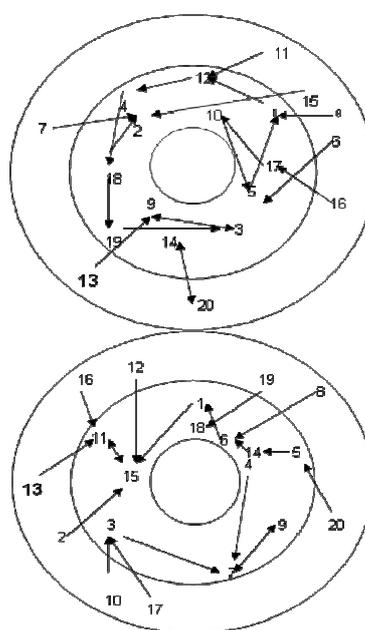
**Figura 1:** Resultados apresentados pelos escolares quando ao critério lúdico. Escolhas Emitidas (→) Eleições de Reciprocidade (↔).

A inclusão pode ser percebida como uma “via de mão dupla”, pois as crianças consideradas normais, ao conviver em condições de igualdade com aquelas que apresentam déficits em alguma área, também são beneficiadas pois aprendem que todas as pessoas, mesmo diferentes, merecem respeito, amizade e afeto, crescem assim, com uma visão menos preconceituosa das PNE, deixando de lado barreiras psicológicas que só conduzem a sua estigmatização e segregação<sup>[16]</sup>.

Uma investigação realizada por pesquisadores<sup>[2,14]</sup> onde utilizou-se a sociometria para identificar como era a interação de uma criança com Síndrome de Down na aula de educação física, a autora constatou que o sujeito com Síndrome de Down foi escolhido por dois colegas com os quais mantinha uma relação próxima durante as aulas

de educação física, onde a relação entre eles, aparentemente poderia ser considerada como uma díade primária, tanto na escolha afetiva como na escolha lúdica, o sujeito foi escolhido por duas crianças reforçando ainda mais esta díade estabelecida.

Os dados obtidos pela autora diferem significativamente dos dados obtidos nesta pesquisa, visto que, pode-se observar, através da sociomatriz (Figuras 1 e 2), que o sujeito com Síndrome de Down representado pelo número 13, foi a primeira escolha lúdica apenas por um colega<sup>[9]</sup>, com o qual, segundo relato da professora o sujeito mantém uma relação próxima durante o período que passa na escola.



**Figura 2:** Resultados apresentados pelos escolares quando ao critério afetivo. Escolhas Emitidas (→) Eleições de Reciprocidade (↔).

Pode-se observar que na primeira escolha lúdica (fig. 1) o sujeito encontrava-se na linha média enquanto na segunda escolha lúdica (fig. 1) e escolhas afetivas (fig. 2) o sujeito encontrava-se no limite inferior. Não se observou, portanto, através da análise sociométrica, a formação de uma díade primária do sujeito em questão com algum colega de sala de aula.

A presença de uma relação em ambas às direções estabelece a condição mínima para a existência de uma díade e esta é importante em dois aspectos, no primeiro, porque serve como bloco construtor básico do microsistema, possibilitando a formação de estruturas interpessoais maiores, segundo porque o seu potencial pode fomentar o crescimento psicológico<sup>[12]</sup>. A díade pode assumir três formas funcionais, a primeira delas, a díade observacional que ocorre quando uma pessoa está

prestando uma cuidadosa atenção à atividade do outro<sup>[12]</sup>. A efetivação desta díade ocorre no momento em que a pessoa que está sendo observada emite algum tipo de resposta para o seu observador, constituindo assim a condição mínima para uma aprendizagem por observação.

As crianças aprendem as habilidades sociais da cooperação, a fazer amigos e influenciar pessoas, tanto pelo ensaio e erro quanto pela observação de outros membros do grupo. Para o autor é importante que os pares reúnam-se motivados tanto por necessidades interpessoais quanto pela preocupação com a tarefa, de uma maneira equilibrada e coesa<sup>[8]</sup>.

Uma díade de atividade conjunta é aquela em que os dois participantes se percebem fazendo alguma coisa juntos, o que não significa que eles estão fazendo a mesma coisa. O poder desenvolvimental desta díade está no fato de ela intensificar certas propriedades que são características de todas as díades, tais como afetividade, reciprocidade e equilíbrio de poder. A afetividade está relacionada ao fato de que a medida em que os participantes se envolvam em interações diádicas eles provavelmente desenvolverão sentimentos mais pronunciados um em relação ao outro<sup>[12]</sup>.

A reciprocidade se refere ao fato de que a criança sentirá a necessidade de coordenar no curso de uma atividade conjunta suas atividades com a do outro o que irá favorecer a aquisição de habilidades interativas bem como a evolução de um conceito de interdependência que é um fato importante para o seu desenvolvimento cognitivo. Já o equilíbrio de poder oportuniza a criança a aprender a conceitualizar e a lidar com relações de poder diferenciais o que contribui para o seu desenvolvimento social.

Pesquisadores enfatiza também a importância da atividade conjunta por esta ser favorável não apenas na aprendizagem no transcurso de uma atividade comum, mas também para aumentar a motivação na busca e aperfeiçoamento da atividade, quando os participantes não mais estão juntos<sup>[12,2]</sup>. Pesquisadora identificou em uma investigação que o impacto desenvolvimentista da escola é observado em maior intensidade nos contextos aonde a PNE se envolvia em atividades com significado e persistência, em díades de observação que evoluíram de díades de atividade conjunta com equilíbrio de poder e papel da criança PNE. A autora constatou o contexto pré-escolar como contexto primordial de desenvolvimento, no que se refere a crianças com deficiência física e aquelas com distúrbios de aprendizagem e de linguagem. Nos quais as

atividades desenvolvidas, as estruturas de interações interpessoais estabelecidas e os papéis vivenciados, tiveram orientação diretiva, a participação e o engajamento em atividades com relação afetiva positiva, facilitando o desenvolvimento das habilidades sociais da criança PNE<sup>[15]</sup>.

A díade primária, que é aquela que continua a existir para ambos os envolvidos mesmo quando eles não estão juntos. Esta díade exerce uma poderosa influência na motivação para a aprendizagem e na orientação do curso do desenvolvimento tanto na presença quanto na ausência da outra pessoa, assim, é mais provável que a criança adquira habilidades, conhecimentos e valores de uma pessoa com a qual estabelece uma díade primária, do que de uma pessoa que só existe para a criança quando ambas estão concretamente presentes no mesmo ambiente<sup>[12]</sup>.

Quanto a formação de díades entre o sujeito em estudo e colegas de sala de aula, a professora mencionou a existência de díades de observação e de atividades conjuntas estabelecidas entre a criança com Síndrome de Down a professora e os colegas de sala de aula, visto que a criança observa tanto a professora como colegas na realização de atividades bem como esta observação é percebida por estes sujeitos. A criança constantemente é solicitada para a realização de atividades conjuntas com os colegas e com a professora bem como solicita a atenção e engajamento destes em atividades de seu interesse.

O fato dos resultados desta pesquisa terem se diferenciado significativamente dos dados encontrados por outra pesquisadora está relacionado ao fato de que cada criança é única em sua história podendo vir a alcançar um nível de desenvolvimento que lhe permita realizar tarefas independentes, comunicação e socialização que possibilitam interação adequada nos grupos educacionais de forma diferenciada<sup>[14]</sup>.

A professora ressalta o fato de que o sujeito em estudo muitas vezes apresentava-se tímida para relacionar-se, mas quando um colega a convida pela primeira vez para realizar uma atividade, mais tarde esta criança sente liberdade de solicitar a atenção desta colega para relacionar-se com ele bem como se envolver em atividades conjuntas com o mesmo. Outro fator que pode estar relacionado ao fato da criança não ter se apresentado no limite médio da sociometria nas escolhas afetivas e não ter sido observada envolvida em uma díade primária é o fato de expressar em alguns momentos um comportamento de teimosia e agressividade.

Pesquisador relata que Bronfenbrenner refere-se ao temperamento, caráter ou à personalidade de uma pessoa como uma competência pessoal. Neste caso, esta competência está interferindo diretamente no tipo de relacionamento estabelecido entre a criança com síndrome de Down seus colegas e as atividades realizadas por ela<sup>[12]</sup>. Quando uma pessoa é amistosa as outras vão querer interagir, se ela é propensa a discussões os outros vão querer revidar ou evitar esta pessoa<sup>[8]</sup>. No entanto, este fator estará interferindo diretamente no tipo de relação estabelecida entre a criança com Síndrome de Down bem com a sua inclusão na sociedade, pois, segundo estudiosos relações afetivas com colegas têm impacto sobre o ajuste na vida posterior<sup>[8,17,18]</sup>. Os autores mencionam que pouco se sabe sobre quão significativas e duradouras são as amizades estabelecidas nos anos escolas, mas pesquisas demonstram que a rejeição pelo grupo pode deixar conseqüências. Crianças que não tem um bom convívio social com colegas têm uma maior probabilidade de abandonar a escola e apresentam bem como de apresentar problemas emocionais. O desenvolvimento da criança bem como sua atitude para com a escola depende do estabelecimento de uma rede de relações positivas com colegas, e quando isso ocorre o sucesso dos objetivos educacionais são favorecidos, portanto, este fato estará refletindo diretamente na inclusão desta criança no ensino regular.

No entanto, a professora relata que o comportamento da criança com Síndrome de Down tem melhorado durante o período de permanência na escola<sup>[19]</sup>Erro! Fonte de referência não encontrada., pode estar relacionado ao fato de que uma boa escola ajuda a criança a aprender a relacionar-se com os outros e a desenvolver habilidades sociais e emocionais, como cooperação, negociação, compromisso e autocontrole. Este fato também pode sofrer influência da professora mostrar-se preocupada com seus alunos, sua educação e mostrar-se afetuosa com eles, pois, em escolas onde as interações de cuidado e de caráter afetuoso são estimuladas pelos educadores, as crianças apresentaram maior frequência desse tipo de comportamento para com as demais pessoas<sup>[20]</sup>.

#### 4. Conclusões

Conclui-se que o sujeito objeto do estudo encontra-se em processo de socialização, pois, apesar de apresentar-se em limites inferiores na sociometria, encontra-se envolvido em diádes, o que nos faz inferir o fato do processo inclusivo

favorecer a convivência em comunidade e para a inserção social de pessoas com necessidades educacionais especiais.

#### 6. Referências

1. PERANZONI, V. C. FREITAS, S.N. Evolução do (pré) conceito de deficiência. Cadernos de Educação Especial, 2002, número 16 Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2000/02/a2.htm> Acesso: 03 de maio de 2004.
2. BELTRAME, T. TREMEA, S. V. O processo de Inclusão de crianças com necessidades especiais. In: Os Processos Desenvolvimentais na Infância. organizadores: KREBS, R.; COPETTI, F.; BELTRAME, T.; RICARDO, P.I ed. Belém - PA: TR, 2003, v.1, p. 117-127.
3. SILVA, E.J.C.; LLERENNA, JR., J.C. CARDOSO, M.H.C.A. Aspectos históricos do atendimento ao deficiente: da segregação à educação inclusiva. Temas sobre desenvolvimento, v.11, n.63, p. 5-13, 2002 ARGYLE, M. A interação social. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
4. MARTINS, L.A.R. Por uma escola aberta às necessidades dos alunos. Temas sobre Desenvolvimento, v.10, n.55, p.28-34, 2001.
5. ORNELAS, M.A.; SOUZA, C.A. A contribuição do profissional da Educação Física na estimulação essencial em crianças com Síndrome de Down. Revista da Educação Física, Maringá: UEM, v.12, n.1, p.77-88, 2001.
6. FREITAS, N.S. CASTRO, S. F. Representação Social e Educação Especial: A representação dos professores de alunos com necessidades educativas especiais incluídos na classe comum do ensino regular 2004. [www.educacaoonline.pro.br/art\\_rs\\_e\\_educacao\\_especial.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/art_rs_e_educacao_especial.asp). Capturado em 15/02/2004.
7. MORENO, J.L. Fundamentos de la sociometria. Biblioteca de psicologia y sociologia aplicadas. Buenos Aires: Editorial Paidós. 2ª edición, 1972, 443p.
8. BERNS, R.M. O desenvolvimento da criança. São Paulo, Loyola 2002.
9. COZBY, P.C. Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento. São Paulo: Atlas, 2003.
10. LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. 3ª ed. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1995. 253 p.
11. SCHAFFER, H.R. Desenvolvimento Social da criança. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. Tradução: Fernando Dias Antunes.
12. BRONFENBRENNER, U. A ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes médicas, 1996.
13. BRAIDA, G. Contextualizando o portador de Paralisia Cerebral: uma abordagem ecológica. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
14. TREMEA, V. O Processo de Inclusão de um Aluno com Síndrome de Down na Aula de Educação física em uma Escola Particular do município de São José-SC: um estudo de caso. Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Santa Catarina, 2004.
15. TREVISAN, Cláudia Morais. O processo interativo da

criança portadora de necessidades especiais: uma análise ecológica da pré-escola como contexto de desenvolvimento. Santa Maria: UFSM, 1997. 185p. [www.nuteses.ufu.br/index3.html](http://www.nuteses.ufu.br/index3.html)

16. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Política Nacional da Educação especial. MEC/Secretaria da Educação Especial. Brasília, 1994.
17. BEE, H. A criança em desenvolvimento. São Paulo: Harper & Row do Brasil Ltda. 1984.
18. PRADO, A.M.C.C., MAROSTEGA, V.L. A inclusão de Portadores de Necessidades Especiais em âmbito social e escolar. Cadernos de Educação Especial, n. 17, 2001 [www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2000/02/a2.htm](http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2000/02/a2.htm)  
Acesso: 02 de abril 2003.
19. PAPALIA, D.E; OLDS, S.W. Desenvolvimento Humano. 7a ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000, 684p.
20. CARVALHO, R.E. Planejamento e Administração Escolar para a Educação Inclusiva. Temas em Educação II- Livro das Jornadas 2003. Futuro Congressos e eventos.